



Financiamento do extrativismo no PDRS do Xingu: onde cabe a sustentabilidade?

Funding of extractivism in the Xingu PDRS: where does sustainability fit in?

Sâmya Cristina Brazão Pereira, Especialista GESAM, UFPA, samyabrazao@gmail.com;

Carla Giovana Souza Rocha, Doutora, UFPA, crocha@ufpa.br

Resumo

Ainda há desafios quanto à empregabilidade do termo sustentabilidade e suas avaliações, ao considerarmos a correlação entre as dimensões ambiental, social e econômica. Este trabalho buscou avaliar como estas dimensões foram empregadas na concepção de seis projetos com ações em Reservas Extrativistas no município de Altamira-PA, aprovados no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu. Para avaliação tomou-se como base a metodologia do Marco de Avaliação de Sistemas de Manejo Incorporando Indicadores de Sustentabilidade (MESMIS), para construção e análise do quadro avaliativo. Como resultado, observou-se que o termo sustentabilidade pouco é encarado como uma simbiose entre as três dimensões. Entretanto, a aplicação da ferramenta MESMIS se mostrou oportuna para medir a sustentabilidade no contexto de economias e populações agroextrativistas, além de possibilitar que as entidades proponentes identifiquem seu desempenho global em relação à sustentabilidade, quando da execução dos projetos e da concepção de propostas.

Palavras-chave

Desenvolvimento sustentável; Amazônia; Projetos.

Abstract

Challenges regarding the employability of the term sustainability and how we can evaluate its applicability still remain, especially when we consider the correlation between the environmental, social, and economic dimensions, which are central to this concept. This study aimed to evaluate how these dimensions were employed in the project design of six initiatives active in Extractive Reserves in the municipality of Altamira-PA, approved under the Xingu Sustainable Regional Development Plan. Evaluations were based on the Management Systems Assessment Framework Incorporating Sustainability Indicators (MESMIS). Research results demonstrate that the term sustainability is rarely seen as a symbiosis of the three dimensions. However, the application of the MESMIS tool was timely in measuring sustainability in the context of agroextractivist peoples' lives and their economies. It also allowed us to perceive entities' overall performance in relation to sustainability when executing projects and designing proposals.

Keywords

Sustainable development; Amazon; Projects.

1. Introdução

A ideia de desenvolvimento sustentável foi destacada nas últimas décadas, mas há inúmeras interpretações associadas ao uso polissêmico do termo, a depender do contexto e por quem está sendo legitimado. Este trabalho busca analisar a visão de sustentabilidade presente nos projetos com ações em reservas extrativistas no município de Altamira, estado do Pará, aprovados no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRSX), que surge como medida compensatória dos efeitos negativos da implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte. Segundo esse plano, o mesmo visa consolidar a estrutura produtiva regional, com vistas à potencialização e internalização das oportunidades e dos efeitos da usina hidrelétrica (BRASIL, 2010).

Segundo Castro et al. (2017), a implementação de um projeto hidrelétrico representa uma oportunidade para a implantação de políticas de desenvolvimento regional, uma vez que se necessita garantir a sustentabilidade das regiões atingidas por esses empreendimentos, devido à ocorrência de desafios regulatórios, técnicos, sociais e ambientais. Desta forma, ações conjuntas entre Estado e sociedade são consideradas fundamentais para que a região pudesse se apropriar de benefícios via compensação pelos impactos que esses grandes projetos trazem e, alavancar sua estrutura produtiva constituindo uma base econômica forte, capaz de gerar emprego e renda com o intuito de melhorar a qualidade de vida dos diversos segmentos sociais (BRASIL, 2010).

Segundo Rios (2013), com a decisão do governo federal de implantar a UHE Belo Monte, e justificando como uma forma de promover o desenvolvimento da região a partir da inserção regional do empreendimento foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu instituído por meio do Decreto 7.340 de 21 de outubro de 2010, sendo apresentado como um instrumento para o planejamento e execução de políticas públicas de forma descentralizada, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social da região através da articulação das esferas políticas, públicas, privadas e da sociedade civil (PDRSX, 2013a).

O Plano conta com recursos provenientes da empresa Norte Energia (Concessionária da usina de Belo Monte), no montante de R\$ 500 milhões, e para a estruturação e implementação, criou-se o Comitê Gestor (CGDEX) composto por representantes de todas as esferas de governo, além de representantes da sociedade civil. O PDRSX conta com oito câmaras técnicas, dentre elas a CT6 denominada Povos

Indígenas e Comunidades Tradicionais. A CT6 visa apoiar ações que respeitem a promoção e valorização das culturas, que fortaleçam as iniciativas replicáveis de criação de valor das cadeias produtivas, que contribuam com a gestão eficaz da gestão do território e apoiem investimentos estruturantes de saúde e educação diferenciadas (PDRSX, 2013b).

Dessa forma, partindo da premissa de que o PDRS do Xingu visa o desenvolvimento sustentável das populações que foram atingidas pelo empreendimento, torna-se importante analisar as visões de sustentabilidade apresentadas nos projetos aprovados para atenderem as mesmas, especialmente, as das Reservas Extrativistas da Terra do Meio, município de Altamira.

A Terra do Meio está localizada no Sudoeste do estado do Pará, entre os rios Xingu e Iriri; muito rica em biodiversidade e se constitui em um dos maiores mosaicos de áreas de conservação do mundo (VASCONCELOS; SIQUEIRA, 2008). A Terra do Meio representa 6% das terras do estado, abrangendo 38,62% do território do município de Altamira, 19,25% de São Félix do Xingu e uma pequena porção do município de Trairão (VELÁSQUEZ; BOAS; SCHWARTZMAN, 2006). Dentre as unidades de conservação existentes na Terra do Meio encontram-se as Reservas Extrativistas Rio Xingu, Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio.

Segundo Villas-Bôas (2012), as Reservas Extrativistas são territórios de populações extrativistas tradicionais, cujos meios de vida são baseados no extrativismo vegetal e animal, bem como na atividade agrícola, na criação de animais de pequeno porte, processamento de produtos, artesanato em geral e pesca. Essa categoria de Unidade de Conservação preza pela defesa dos modos de vida das populações tradicionais que usufruem e manejam de forma sustentável a natureza. As Reservas Extrativistas Rio Xingu, Rio Iriri e Riozinho do Anfrísio compartilham uma longa história de luta pela garantia de posse da terra e manutenção de práticas tradicionais de manejo do meio natural (VILLAS-BÔAS, 2012).

Para Silva (2008) os diversos significados empregados ao termo sustentabilidade tem possibilitado que este seja utilizado para criticar, e concomitante, legitimar modelos de desenvolvimento econômico, sendo usado para destacar os impactos negativos gerados, sobretudo nas dimensões ambiental e social. Para Kato (2008), o conceito de sustentabilidade deve ser analisado de forma abrangente, por se tratar de uma questão

complexa e com diversas abordagens. Segundo Claro, Claro e Amâncio (2008), um dos princípios básicos da sustentabilidade é a visão de longo prazo, uma vez que as ações do presente não devem comprometer as gerações futuras. De modo geral, as definições de sustentabilidade procuram integrar viabilidade econômica com prudência ecológica e justiça social, nas três dimensões conhecidas como tripé da sustentabilidade (MOURA, 2002).

De acordo com Martes e Carvalho (2016), os temas gestão de projetos e sustentabilidade estão sendo alvo de diversos estudos de forma isolada, e pouco tem sido visto sobre a convergência entre estes. De toda forma, há iniciativas que associam os temas, mas ainda há muito a se aprofundar para desenvolver ferramentas, técnicas e metodologias que sejam de aplicação simples no contexto da rotina de gestão de projetos com o intuito de inserir e avaliar a sustentabilidade na sua totalidade (CARVALHO; RABECHINI JUNIOR, 2011).

Desta forma, o presente artigo tem como objetivo analisar como as dimensões da sustentabilidade foram empregadas na concepção de seis projetos em áreas de Reservas Extrativistas aprovados no âmbito da Câmara Técnica de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu.

2. Metodologia

O procedimento de análise da sustentabilidade em projetos pautou-se em pesquisa bibliográfica dos temas sustentabilidade e gestão de projetos. A partir dessa revisão bibliográfica foi possível adaptar uma ferramenta para análise da inserção do tema sustentabilidade na concepção dos projetos do PDRSX. Tomou-se como exemplo uma metodologia elaborada para leitura de agroecossistemas familiares, o Marco de Análise Multidimensional (MESMIS), para fins de construção e análise do quadro de indicadores.

O procedimento contemplou cinco etapas, sendo a primeira, a escolha das dimensões a serem tratadas, que foram a ambiental, a social e a econômica. Posteriormente, houve a identificação dos índices referentes a cada dimensão, e em seguida, a formulação de indicadores para compor os índices e sua respectiva dimensão. As demais etapas foram a das entrevistas e do tratamento dos dados.

A dimensão ambiental refere-se às ações desenvolvidas para a manutenção da diversidade natural e produtiva; a dimensão social diz respeito ao protagonismo das

famílias na elaboração e acompanhamento dos projetos, e a dimensão econômica evidencia o fortalecimento produtivo do público alvo, seja pela melhoria das práticas produtivas já existentes, pela diversificação da renda familiar ou a previsão de inserção de novos produtos.

Foram amostrados seis projetos de Reservas Extrativistas do município de Altamira aprovados na Câmara Técnica de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (CT6), em virtude desta ser responsável por recepcionar as demandas das populações representadas pelos povos indígenas, extrativistas, pescadores artesanais e ribeirinhos. Esses projetos demonstram grande relevância, pois abrangem diversas comunidades que constituem a região da Terra do Meio.

Para manter o sigilo das informações apresentadas e preservar a identidade das organizações, os projetos foram referidos por números, de 1 a 6. Foram analisados os planos de trabalho dos seis projetos, com a intenção de melhorar o entendimento das ações propostas. Foram elaborados formulários contemplando questões voltadas às dimensões social e econômica, e aplicados a um membro da diretoria da associação proponente que havia participado da elaboração da proposta.

A coleta de dados deu-se entre os meses de maio a julho de 2018, e a sistematização e análise dos dados foram realizadas logo após a aplicação dos formulários.

O formulário para análise dos projetos conteve 25 perguntas, às quais foram dado o valor 0 (zero), 5 (cinco) ou 10 (dez), conforme a resposta do representante da entidade participante do estudo. Em virtude dos índices serem compostos por mais de um indicador simples, foram definidas ponderações proporcionais a cada pergunta. Por exemplo, na dimensão social no indicador que versa sobre o nível de participação das famílias, quando referente à existência de controle social do projeto pelas comunidades/famílias, o participante poderia responder que não houve (atribui-se a nota 0), que houve participação apenas no planejamento e análise (atribui-se nota 5) ou houve participação no planejamento, análise e prestação de contas (atribui-se nota 10).

Montou-se um quadro geral para a análise do estado da sustentabilidade, utilizando o software Excel. Nesse quadro foram inseridas as notas obtidas para cada pergunta, que posteriormente foram multiplicadas pelos valores de pesos pré-determinados para cada indicador e conseqüentemente para cada dimensão, a partir disso

foi calculada a média das notas de cada um dos onze índices e trinta indicadores. Após, esses resultados foram tabulados e visualizados graficamente, podendo ser observado como a sustentabilidade está apresentada em cada projeto.

Para melhor visualização dos indicadores é apresentado no Quadro 1 a composição das dimensões avaliadas, com seus respectivos índices e indicadores, bem como o peso de cada na média ponderada.

Quadro 1. Composição das dimensões de sustentabilidade avaliadas.

Dimensão	Índice	Peso do Índice	Valor Total Dimensão	Indicadores	Peso do indicador	Valor Total Índice
Ambiental	Manutenção da diversidade natural e produtiva	4	10	Manutenção da vegetação natural objetivada	4	10
				Diversidade de espécies cultivadas ou extraídas prevista	3	
				Diversidade de atividades produtivas a serem promovidas	3	
	Melhoria das práticas Produtivas	2		Ações com atores externos parceiros	5	10
				Acesso a políticas públicas de fortalecimento do agroextrativismo	5	
	Proteção territorial	4		Ações previstas para proteção territorial	5	10
				Potencial da proposta de impacto na proteção territorial	5	
Social	Participação da comunidade na definição da proposta do projeto	3	10	Consulta formal à comunidade via assembleia	2	10
				Participação de associados na definição do projeto sem assembleia	2	
				Definição do projeto pela diretoria e assessoria	2	
				Elaboração do projeto pela assessoria interna ou externa	2	
				Participação de parceiros na elaboração da proposta	2	
	Existência de controle social do projeto pelas comunidades/famílias	2		Nível de participação das famílias	5	10
				Tipo de participação prevista para as famílias	5	
	Existência de gestão compartilhada entre associação e entidades parceiras	3		Apoio para participação no conselho gestor	5	10
				Finalidade do conselho gestor (Avaliar sistema de organização de execução físico-financeira do	5	

	Estratégias de planejamento e avaliação interna do projeto	2		projeto e prestações de conta)			
				Previsão de ações e recursos previstos para planejamento e avaliação	4	10	
				Previsão de instâncias formais de decisões ligadas ao projeto	3		
				Adequação dos recursos financeiros liberados para o projeto	3		
Econômico	Melhoria da performance da economia familiar	3	10	Prever aumento da renda familiar	3	10	
				Melhoria das atividades produtivas já existentes	3		
				Incremento de rendas provenientes do extrativismo	2		
				Diversificação da renda familiar	2		
	Possibilidades de diversificação da renda familiar	2			Diversificação de rendas oriundas do agroextrativismo	6	10
				Inserção de outras rendas não agroextrativistas	4		
	Potencial de mudanças nas relações comerciais	2			Previsão de novos canais comerciais	5	10
				Ações de formação para organização coletiva e local	5		
	Incentivo ao acesso às políticas públicas	3			Ações de acesso aos mercados institucionais	2	10
					Ações para acesso às políticas públicas sociais	4	
					Ações para acesso às políticas ambientais	4	

3. Resultados e discussão

Todos os editais lançados no PDRSX apresentam dentre as suas regras o período de execução do projeto de um a dois anos. Contudo, os projetos aqui analisados foram aprovados nos anos 2013, 2014 e 2015 e ainda estão em fase de execução. Os atrasos na execução de ações, bem como o não reajuste nos valores disponíveis para os projetos, acabam por torná-los inexecutáveis, considerando que os recursos disponíveis para aquisições e contratações de serviços tendem a serem insuficientes devido ao aumento da inflação. De acordo com o relatório de monitoramento do Instituto Avaliação (2017), empresa gestora do PDRSX, existem projetos em andamento de todos os anos, desde o início do PDRSX, mesmo sendo a maioria projetado para 1 (um) ou, no máximo 2 (dois) anos de execução.

No Quadro 2 serão apresentados a descrição dos objetos e ações de cada projeto avaliado, de acordo com os planos de trabalhos e com seus respectivos anos de aprovação.

Foram constatados em todos os projetos analisados os objetivos de fortalecimento da organização social, a valorização cultural, a garantia de permanência dessas populações nessas áreas, por meio da melhoria da qualidade de vida ou geração de renda, como pode ser observado no Quadro 2. Entretanto, cabe salientar que após análise dos planos de trabalhos e dos formulários aplicados, foram verificadas semelhanças entre as ações dos projetos referentes à priorização de ações estruturantes e de apoio à organicidade das associações e políticas sociais, ao destacar que todos os seis projetos analisados tem dentre as suas ações o objetivo de fortalecimento da associação e o fortalecimento da organização comunitária, apresentando dentre suas atividades a realização das assembleias gerais e reuniões comunitárias. O que mostra a prioridade dada à viabilização de ações para a organização comunitária, que de um lado é compreensível devido às distâncias significativas entre as famílias e os custos de deslocamento e alimentação, mas por outro, pode significar a dependência de projetos externos para viabilizar o funcionamento das organizações e da dinâmica local. Outras ações são diferenciadas de projeto para projeto, em que alguns tendem para o lado mais econômico, buscando fortalecer o capital de giro e o fomento às práticas de confecção de móveis rústicos, extração de óleos vegetais, enquanto outros visam a estruturação da saúde, educação e dos instrumentos de comunicação.

Considerando os três pilares da sustentabilidade, observou-se que os projetos apresentaram em sua maioria um viés de componente social, quando suas ações tendem para o fortalecimento organizacional, o que conseqüentemente favorece o princípio ambiental, uma vez que promovem a organização social dos agroextrativistas, fomentando a proteção do território em uma região de forte pressão de agentes externos predatórios. Por outro lado, esse fortalecimento organizacional também afeta diretamente e positivamente o estímulo às atividades econômicas, visando alternativas de comércio via organizações de base comunitária, trazendo dessa forma mais autonomia econômica dessas populações tradicionais.

Quadro 2. Descrição dos projetos avaliados

Projeto/ano	Objeto do projeto	Ações propostas	Estratégias para condução da proposta	Participação da população
Projeto 1/2014	Promover o fortalecimento da organização comunitária; Fortalecimento da associação dos moradores.	Contratação de um assessor extrativista; realização de reuniões de núcleos comunitários e assembleias gerais; Acesso às políticas públicas governamentais e consolidação de parcerias; viagens do presidente da associação a Brasília para negociação de políticas públicas; fortalecimento das organizações comunitárias; perfuração de poço semi-artesianos; aquisição de equipamentos para acesso à internet; reparo e manutenção do Polo da comunidade; Reparo e manutenção dos barcos da comunidade; Aquisição de rádio amador para comunicação com parceiros, com os órgãos públicos e outros; Apoio a estruturação de grupo de jovens.	Execução por equipe técnica em parceria com as associações comunitárias parceiras e instituições de grande experiência na assessoria a gestão de projetos.	Consulta às famílias para a elaboração da proposta; Participação das famílias no planejamento, avaliação e prestação de contas do projeto.
Projeto 2/2015	Fortalecimento e autonomia da organização social das comunidades; apoiar iniciativas para a melhoria da renda das famílias.	Realização de assembleias gerais; reuniões comunitárias; Aquisição de um grupo gerador; construção de um barracão para produção de móveis rústicos artesanais; contratação de assessor técnico extrativista morador da RESEX; manutenção de barcos e voadeiras da associação; Construção de duas escolas.	Execução por equipe técnica em parceria com as associações comunitárias parceiras e instituições de grande experiência na assessoria à gestão de projetos.	Consulta às famílias para a elaboração da proposta; Participação das famílias no planejamento, avaliação e prestação de contas do projeto.

Projeto 3/2012	Promover inclusão social apoiando iniciativas voltadas ao desenvolvimento de ações de educação, saúde, comunicação, organização comunitária e geração de renda de forma sustentável.	Fortalecimento da organização comunitária; realização de assembleias gerais e reuniões comunitárias; infraestrutura de saúde, educação e comunicação em polos locais; fortalecimento institucional da Maribel.	Execução por sua equipe técnica em parceria com as associações comunitárias parceiras. Realização de reuniões nos núcleos regionais de cada RESEX promovendo a divulgação das ações e resultados do projeto, para que o público beneficiário possa monitorar e acompanhar o desenvolvimento do projeto.	Acompanhamento das famílias em relação a realização das ações do projeto. Participação no planejamento, avaliação e prestação de contas.
Projeto 4/2013	Melhoria da produção extrativista de óleos, roça, açá e comercialização de produtos extrativistas; Fortalecimento das associações extrativistas; Apoio ao funcionamento da educação escolar nas RESEX`s.	Implantação de duas miniusinas de babaçu; Implantação de 7 kits de processamento de farinha; Implantação de 33 novas estradas de seringa; Realização de assembleias gerais e reuniões comunitárias; Melhoria das condições de mobilidade; Melhoria das instalações e manutenção de polos regionais e estrutura das associações de moradores; Melhoria dos sistemas de comunicação; Implantação de estrutura de apoio aos extrativistas da RESEX em Altamira; Construção de três casas de professores nas RESEX`s; Melhorar o acompanhamento pedagógico nas escolas das RESEX`s; Melhorar transporte de professores para as escolas; Melhoria de material de apoio ao ensino fundamental.	Execução por sua equipe técnica em parceria com as associações comunitárias parceiras. Formação de um conselho gestor do projeto formado pelo proponente e parceiros que deve se reunir ao menos duas vezes durante a execução do projeto, o conselho gestor deverá avaliar e opinar sobre o planejamento da execução do projeto e acordos firmados; Avaliar sistema de organização de execução física-financeira do projeto e prestações de conta; Aprovar relatórios técnicos e financeiros elaborados pela coordenação; Decidir sobre grandes problemas que possam ocorrer ao longo da execução do projeto.	Consulta às famílias para a elaboração da proposta; Participação das famílias no planejamento, avaliação e prestação de contas do projeto.
Projeto 5/2014	Fortalecimento da associação; apoio as atividades produtivas; melhoria da infraestrutura; melhoria da comunicação e transporte.	Fortalecimento e melhoria da organização comunitária; Contratação de assessor extrativista, morador da RESEX; Realização de assembleias gerais e reuniões comunitárias; Melhoria da	Execução por equipe técnica em parceria com as associações comunitárias parceiras e instituições com grande experiência na assessoria a gestão de projetos.	Acompanhamento das famílias em relação à realização das ações do projeto. Participação no planejamento, avaliação e prestação de contas.

		infraestrutura e fortalecimento dos meios de produção; Manutenção de meios de transporte; Ampliação do capital de giro dos entrepostos comerciais comunitários; Melhoria da infraestrutura de apoio das organizações comunitárias; Instalação de internet; Instalação de poço semi-artesiano.		
Projeto 6/2015	Apoiar a autonomia da organização social e valorização de aspectos culturais, com vista à promoção do empoderamento de aspectos relacionados ao associativismo, da organização comunitária e da valorização cultural, através da produção de móveis rústicos.	Realização de assembleias gerais e reuniões comunitárias; Implantação de uma sede para os trabalhos das oficinas caboclas; Estruturação da sede das oficinas caboclas; Manutenção do assessor técnico extrativista morador da RESEX; Contratação de assessor técnico com nível superior; Reforma e manutenção dos meios de transporte da RESEX.	Execução por equipe técnica em parceria com as associações comunitárias parceiras e instituições com grande experiência na assessoria a gestão de projetos.	Acompanhamento das famílias em relação à realização das ações do projeto. Participação no planejamento, avaliação e prestação de contas.

Após a análise dos planos de trabalho e dos dados obtidos na aplicação dos formulários, obteve-se uma nota da sustentabilidade para cada um dos projetos, considerando os índices formulados para cada uma das três dimensões. Estes resultados podem ser observados no Quadro 3, o qual apresenta as notas recebidas para cada índice e a totalização destas, bem como apresenta o valor total de cada dimensão. Para chegar à representação global da sustentabilidade, o valor total de cada dimensão assumiu um peso de 33,33%, para uma totalização de 100%, quando somados os valores das dimensões. Os projetos considerados com sustentabilidade ótima teriam que alcançar a nota 10,0. Desta maneira, a nota ideal para cada dimensão é de 3,3.

Quadro 3. Resultado dos índices

Índices	Projetos						
	Ideal	1	2	3	4	5	6
AMBIENTAL							
Manutenção da diversidade natural e produtiva	10	7	7	7	7	7	7
Melhoria das práticas produtivas	10	8	8	8	8	8	8

Proteção territorial	10	5	5	5	5	5	5
Valor total do índice	10	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4
Nota total da dimensão Ambiental	3,3	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9
SOCIAL							
Participação da comunidade na definição da proposta do projeto	10	10	10	10	10	10	10
Existência de controle social do projeto pelas comunidades/famílias	10	7,5	7,5	10	7,5	10	10
Existência de gestão compartilhada entre associação e entidades parceiras	10	2,5	0	0	0	0	0
Estratégias de planejamento e avaliação interna do projeto	10	3	3	10	6	10	10
Valor total do índice	10	5,9	5,1	7	5,7	7	7
Nota total da dimensão Social	3,3	1,8	1,5	2,1	1,7	2,1	2,1
ECONÔMICA							
Melhoria da performance da economia familiar	10	7	4,5	5	5	3,5	1,5
Possibilidades de diversificação da renda familiar	10	8	0	0	3	4	0
Potencial de mudanças nas relações comerciais	10	5	2,5	2,5	5	5	5
Incentivo ao acesso às políticas públicas	10	1	0	6	4	2	0
Valor total do índice	10	5,0	1,9	3,8	4,3	3,5	1,5
Nota total da dimensão Econômica	3,3	1,5	0,6	1,1	1,3	1,0	0,4

Para melhor visualização dos resultados, o Quadro 4 apresenta a consolidação dos resultados gerais de cada um dos projetos para cada dimensão analisada.

A partir dos resultados apresentados no Quadro 4, pode-se perceber que a dimensão melhor avaliada foi a dimensão ambiental. Entretanto, essa dimensão foi analisada por meio do plano de trabalho de cada projeto. A dimensão ambiental apresentou igual valor para todos os projetos, sendo a nota de 1,9, o que leva a crer que os projetos atuam com certo alinhamento da dimensão ambiental da sustentabilidade em suas ações. Há ainda de se avaliar que essa similaridade de nota corrobora para o entendimento de que os planos de trabalhos dos seis projetos apresentaram semelhança de objetivos, ações, atividades e resultados esperados, como pode ser visualizado no Quadro 2.

Quadro 4. Resultados gerais das dimensões por projeto

Dimensão	Ideal	Projeto 1	Projeto 2	Projeto 3	Projeto 4	Projeto 5	Projeto 6
Ambiental	3,3	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9	1,9
Social	3,3	1,8	1,5	2,1	1,7	2,1	2,1
Econômica	3,3	1,5	0,6	1,1	1,3	1,0	0,4
Geral	10,0	5,2	4,0	5,1	4,9	5,0	4,4

Dada à construção dos valores de cada dimensão analisada, nota-se que nenhum dos projetos alcançou valores próximos do ideal (nota 3,3), admitindo que a fragilidade da sustentabilidade foi vista em todas as dimensões.

O projeto com melhor equilíbrio entre as três dimensões da sustentabilidade dentre os projetos avaliados foi o projeto 1, mesmo estando abaixo do nível ideal (3,3) considerado no presente estudo. O projeto 1 apresentou similaridade de pontuações entre as dimensões devido apresentar na dimensão ambiental aspectos que levaram a verificação de ações que não causassem significativos impactos ao meio ambiente, proporcionando a manutenção da diversidade natural, um bom nível de diversidade das atividades produtivas; na abordagem social foi visto que esse projeto apresentou boa pontuação em decorrência da efetiva participação das famílias na elaboração e acompanhamento das ações do projeto, onde estas participaram na definição da proposta do projeto e por ter tido apoio técnico durante sua escrita, e ainda por terem previsto a formação de um conselho gestor para o monitoramento do projeto. Já para a questão econômica, esse projeto previu o aumento da renda familiar em quase dois salários mínimos a partir das ações propostas no projeto, bem como previu a diversificação de rendas oriundas do agroextrativismo a partir da implantação de roça, como a inserção da mandioca, cacau, arroz, feijão e da criação de galinhas, assim como iniciando a atividade de produção de móveis rústicos a partir de madeiras caídas, atividade que está propiciando outras alternativas de renda para as comunidades. Os demais projetos apresentaram discrepâncias notórias entre as dimensões.

Com base nos resultados apresentados no Quadro 4 é possível perceber que os projetos 3, 5 e 6 demonstraram maior desempenho na dimensão social, quando comparados com os demais projetos. Estes projetos apresentaram a mesma pontuação para a dimensão social, sendo a nota de 2,1, em decorrência das famílias terem tido participação efetiva na definição da proposta, em virtude da existência de controle social

do projeto pelas comunidades, onde estas são informadas das ações que ocorram para a execução do mesmo, em reuniões comunitárias e em assembleias gerais, e assim, participarem do monitoramento e avaliação das atividades e ainda por terem previsto ações e recursos para a finalidade de planejamento e avaliação.

Quando perguntado ao representante do projeto 3, qual dimensão havia sido pensada durante a elaboração do projeto, esse relatou que o projeto estaria mais direcionado as questões sociais, conforme sua fala:

A falta de educação, falta de saúde na comunidade. O próprio governo alegava que pra manter profissional nas áreas de saúde precisava ter estrutura e a gente se motivou a fazer o projeto porque a comunidade queria era educação e saúde, por isso fizemos o projeto (Representante do projeto 3).

Com base na fala do representante do projeto 3, a real necessidade das famílias se refletia na garantia de serviços básicos de saúde e educação, dada a ação ineficiente dos governos estaduais e municipais, o que tem levada às famílias buscarem os serviços de saúde prestados nas áreas indígenas próximas. Entretanto, mesmo no caso das comunidades que já tem o reconhecimento institucional, persistem dificuldades de acesso à saúde e educação, sendo estas condições mínimas necessárias para a permanência dessas comunidades e populações em seus territórios e com a sua identidade cultural preservada (SILVA, 2007).

Os projetos 6 e 2 apresentaram os piores desempenhos para a dimensão econômica, apresentando as notas 0,4 e 0,6, respectivamente. O projeto 6 apresentou a nota mais baixa para essa dimensão devido não ter previsto o aumento da renda familiar por meio do incremento de rendas provenientes do extrativismo, assim como por não ter previsto a diversificação de rendas oriundas do agroextrativismo e rendas de natureza não agroextrativistas, por não terem proposto ações de acesso aos mercados institucionais e nem às políticas públicas sociais e ambientais. O projeto 2 teve resultado similar ao projeto 6, diferindo entre si apenas quanto à previsão de aumento de renda familiar e ações de formação para organização coletiva local que constam no 2.

Verifica-se uma divergência entre o propósito do projeto relatado pelos entrevistados e análise dos planos de trabalho dos projetos 2 e 6, ao considerar que no

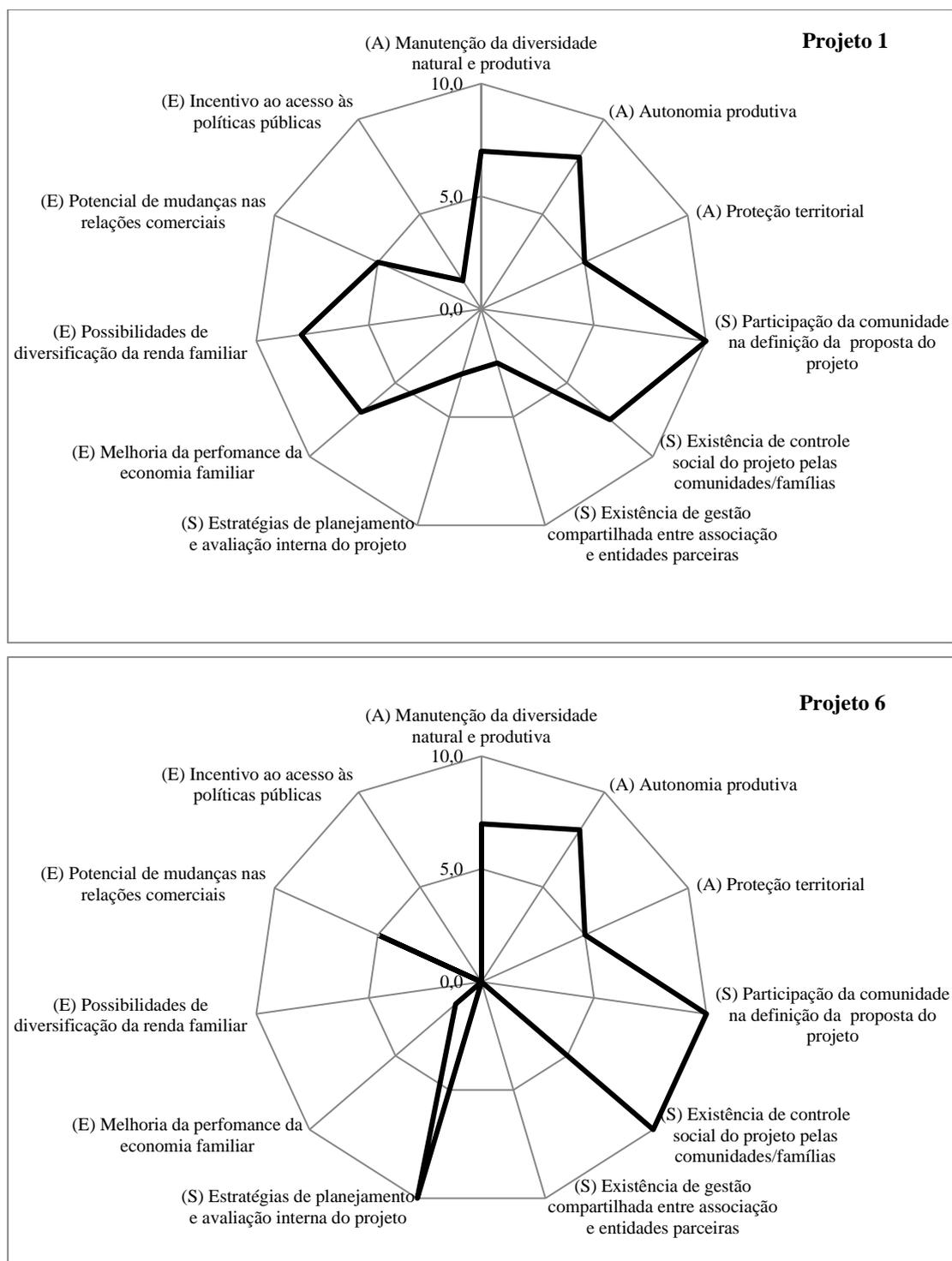
momento da aplicação do questionário, tanto o representante do projeto 6, quanto o representante do projeto 2 relataram que estes teriam objetivos mais econômicos, objetivando a implantação de oficinas caboclas, para fabricação de móveis rústicos. Contudo, os relatos dos entrevistados destacaram os objetivos econômicos dos projetos.

As famílias estavam tudo interessado no projeto. Tinham interesse porque ia beneficiar. Beneficiar no trabalho, ter um dinheiro, ter uma renda a mais. Inclusive, até hoje graças a Deus ninguém desistiu (representante do projeto 2). 4

Nós pensamos mais na questão econômica, mas tudo está interligado, o ambiental, o social e o econômico. As famílias mantêm suas relações sociais, se ajudam, querem o melhor pra comunidade. Elas precisam de renda, precisam ter capital de giro e assim se mantêm nessas áreas, conservando o meio ambiente (representante do projeto 6).

Para a visualização dos resultados foram gerados gráficos do tipo radar para cada um dos projetos avaliados. Entretanto, serão apresentados apenas dois gráficos de projetos, o que apresentou melhores resultados (projeto 1) e o que apresentou resultados inferiores (projeto 6). Esses são expostos na Figura 1, considerando a ordem decrescente de desempenho de sustentabilidade. No projeto 1 é possível observar que o mesmo apresentou certo equilíbrio entre as três dimensões, enquanto o projeto 6 apresentou resultados inferiores para a dimensão econômica. O projeto 6 obteve esses resultados por não apresentar ações que previam o incremento de renda familiar a partir de práticas agroextrativistas, e por não prever a diversificação de renda familiar a partir de produtos não agroextrativistas. Entretanto, o projeto 6 apresentou pontuação moderada para o indicador "potencial de mudança nas relações comerciais", uma vez que este previa acesso a novos canais comerciais para produtos já explorados pela comunidade. Ou seja, a estratégia adotada é o fortalecimento dos produtos que as famílias já trabalham.

Figura 1. Análise dos índices de sustentabilidade obtidos pelos projetos 1 e 6



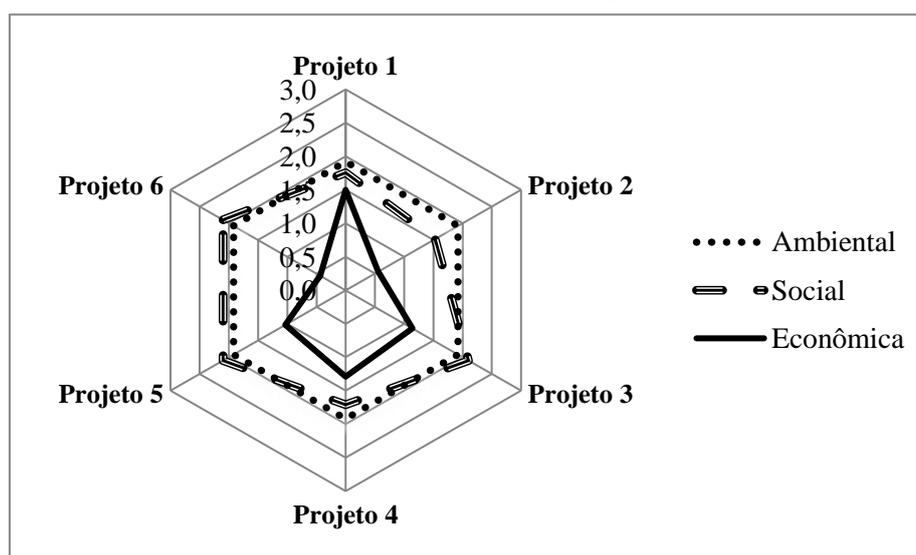
Legenda: (A) dimensão ambiental; (E) dimensão econômica; (S) dimensão social.

Apesar dos entrevistados terem indicado os projetos 2 e 6 como os de objetivos mais econômicos, isso não foi comprovado quando aplicado essa metodologia de análise.

Estes projetos apresentaram notas baixas para os indicadores: incremento de rendas provenientes do extrativismo; diversificação da renda familiar; diversificação de rendas oriundas do agroextrativismo; inserção de outras rendas não agroextrativistas; ações de formação para organização coletiva e local, e incentivo ao acesso às políticas públicas. A maior nota para a dimensão econômica foi a do projeto 1, sendo 1,5.

Esses resultados podem ser mais bem visualizados na Figura 2, que traz a apresentação do desempenho dos seis projetos avaliados nesta pesquisa.

Figura 2. Resultados da análise de sustentabilidade dos projetos avaliados por dimensão



A Figura 2 evidencia que a dimensão ambiental obteve melhor desempenho, e a econômica apresentou o pior. Sobre o desempenho da dimensão econômica, este comportamento não era esperado, uma vez que esses projetos apresentam como objetivo o fortalecimento econômico das RESEX, pois, o projeto 2 visa apoiar iniciativas para a melhoria da renda das famílias, o projeto 4 busca a melhoria da produção extrativista de óleos e comercialização dos produtos extrativistas, o projeto 5 fomenta as atividades produtivas e a ampliação do capital de giro dos entrepostos comerciais comunitários e o projeto 6 por sua vez visa o empoderamento das famílias por meio da produção e venda de móveis rústicos. Entretanto, não foram identificadas ações específicas para o acesso às políticas públicas e a inserção em novos mercados, além de referências claras quanto à diversificação da renda familiar.

4. Conclusões

Foi observada divergência entre as informações contidas nos planos de trabalho e respostas dos entrevistados, uma vez que quando perguntados sobre quais dimensões da sustentabilidade foram priorizadas no projeto, quatro dos seis apontaram a dimensão econômica como foco principal, a saber, os projetos 2, 4, 5 e 6. Destes, os projetos 4 e 5 foram os que apresentaram maior valor na dimensão, sendo 1,1 e 1,0, respectivamente. De todo modo, a dimensão econômica foi a que teve pior desempenho dentre as avaliadas, apesar da preocupação das Associações das RESEX pela geração e melhoria da renda. Entende-se que na realidade de unidades de conservação, a dimensão econômica envolve ações de maior complexidade em termos de organização social, estrutura e parcerias requeridas. A dimensão social também foi priorizada nos projetos, pois, as populações dessas reservas extrativistas têm demandas de serviços básicos de educação e saúde, e suas dinâmicas e relações sociais muito próprias requerem um olhar diferenciado para a participação das comunidades nas ações das associações.

Com a aplicação da ferramenta para analisar a inserção do conceito de sustentabilidade em seis projetos, concluiu-se que os projetos avaliados apresentaram visões insuficientes para atingirem a sustentabilidade, ou seja, não foi evidenciado um nível adequado de ações e práticas que combinassem as três dimensões da sustentabilidade econômica, ambiental e social na gestão dos projetos da amostra analisada.

A aplicação da ferramenta MESMIS se mostrou oportuna para medir a sustentabilidade no contexto de economias e populações agroextrativistas, tendo em vista a construção de indicadores que considerem como os projetos contribuirão para diminuir o desmatamento, garantir o acesso à terra e promover justiça social, valorizar a economia agroextrativista e seus modos de vida tradicional e garantir a conservação da floresta. Além de possibilitar que as entidades proponentes identifiquem seu desempenho global em relação à sustentabilidade, quando da concepção da proposta e execução do projeto.

A partir dos resultados obtidos com essa pesquisa, foi observado que o termo sustentabilidade pouco é encarado como uma simbiose entre as três dimensões, pois vários projetos tendem para uma única dimensão, ou perpassam em duas. Em alguns casos a sustentabilidade é vista como a garantia de direitos ou até mesmo de serviços básicos

que foram deixados de lado pelo Estado, quando em alguns projetos os objetivos visam a construção de escolas e postos de saúde.

Apesar do PDRSX ser um instrumento para o desenvolvimento de uma região atingida por um grande empreendimento, as políticas públicas básicas como saúde e educação precisam do aporte governamental. Mas, o fortalecimento das organizações via o PDRSX pode contribuir para a formulação e implementação de políticas públicas específicas e diferenciadas para as comunidades agroextrativistas.

Por outro lado, se deve primar pela autonomia política e de gestão das organizações sociais, visto que em todos os projetos houve previsão de recursos para a realização de reuniões comunitárias e assembleias gerais, o que pode aumentar a dependência de financiamento externo para a realização dessas atividades. Em decorrência dessa situação, é necessário que as associações tenham mecanismos de autofinanciamento que possibilitem a autossuficiência das entidades para conseguirem se manter em longo prazo.

Referências bibliográficas

BRASIL, **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu**, 2010. Ministério da Integração Nacional. Disponíveis em <<http://www.casacivil.gov.br/.arquivos/xinguinternet.pdf>>. Acessado em: 10 de maio de 2018.

CARVALHO, M. M.; RABECHINI JUNIOR, R. **Fundamentos em Gestão de Projetos: Construindo competências para gerenciar projetos: teoria e casos** (3. ed.). São Paulo: Atlas, 2011.

CASTRO, N. de; PAIVA, I; ROSENTA, R; HIDD, G. **Usina Hidrelétrica Brasil-Bolívia: Projeto âncora do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável Binacional**. In: II Encontro Brasileiro de Estudos para a Paz, 20-22 de setembro de 2017, João Pessoa-Paraíba, Brasil.

CLARO, P. B. O.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**. FGV. São Paulo, v.43, n.4, p.289-300, out./nov./dez. 2008.

KATO, C. A. **Arquitetura e sustentabilidade: projetar com ciência da energia**. 2008. 107 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

MARTENS, M. L; CARVALHO, M. M. Avaliação de sustentabilidade em gerenciamento de projetos: um estudo exploratório no setor de alimentos. **Production**, 26(4), 782-800, out./dez. 2016.

MORIOKA, S. N; CARVALHO, M. M. Sustentabilidade e gestão de projetos: um estudo bibliométrico. **Production**, 26(3), 656-674, jul./set. 2016.

MOURA, L. G. V. **Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de Agudo**. 249 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO XINGU. **Monitoramento de projetos** - Aspectos conceituais e metodológicos, relatoria de primeiros resultados – período de junho a agosto de 2017. 2017.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO XINGU. **Relatório de Atividades do PDRSX 2011/2012**. 2013.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DO XINGU. **Relatório de Oficina de Planejamento da CT6 – Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais**. 2013b.

PLANO DE MANEJO DA RESEX RIOZINHO DO ANFRÍSIO, 2011. Aprovado pela portaria nº 41, de 29 de junho de 2011 e publicado no **Diário Oficial da União** em 30 de Junho de 2011. Disponíveis em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PM%20Rsx%20Riozinho%20do%20Afrisio.pdf>>. Acessado em: 01 de julho de 2018.

RIOS, V. S. C. **Inovação em políticas públicas: um estudo do comitê gestor do plano de desenvolvimento regional sustentável do Xingu**. 2013. 168 f. Dissertação (Mestrado em Administração)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SILVA, C. V.; MIGUEL, L. A. **Extrativismo e a abordagem sistêmica**. In. 10º

Congresso Brasileiro de Sistemas. - Ribeirão Preto – SP – Brasil. 28 a 30 de outubro de 2014.

SILVA, L. M. S. **Impactos do crédito produtivo nas noções locais de sustentabilidade em agroecossistemas familiares no território sudeste do Pará.** 2008. 205 p. Tese (Doutorado em Produção Vegetal). Programa de Pós-Graduação em Agronomia. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas – RS – Brasil.

SILVA, M. O. Saindo da invisibilidade – a política nacional de povos e comunidades tradicionais. **Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 7-9, abr./set. 2007.

SILVA, V. A.; CARDOSO, M. C.; BENTES, A. J. M.; VIEIRA, T. A. **Assentamento agroextrativista e a dinâmica de desenvolvimento na Amazônia:** um estudo de caso da comunidade São Braz no PAE Eixo Forte em Santarém/PA. In: VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional - Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017.

VILLAS-BÔAS, A. (Org.). 2012. De Olho na Bacia do Xingu. **Série Cartô Brasil Socioambiental**, n. 5. Instituto Socioambiental, São Paulo, 61p.

VELÁSQUEZ, C.; BOAS, A. V.; SCHWARTZMAN, S. Desafio para a gestão ambiental integrada em território de fronteira agrícola no oeste do Pará. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 40(6), 1061-1075, 2006